UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
ESCOLA DE SAÚDE - ESUFRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – SEDIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE PRECEPTORIA EM SAÚDE

PROPOSTA DE READEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PRECEPTORES DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTIDIO PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

VANESSA XIMENES FARIAS

FORTALEZA/CE
2020

VANESSA XIMENES FARIAS

PROPOSTA DE READEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PRECEPTORES DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTIDIO PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização de Preceptoria em Saúde, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Preceptoria em Saúde. Orientador(a): Prof (a). Geórgia de Mendonça Nunes Leonardo

FORTALEZA/CE

2020

RESUMO

Introdução: Pouca disponibilidade de tempo para o uso de metodologias ativas de ensino mostra-se como uma dificuldade de preceptores no exercício da preceptoria. **Objetivo:** Aplicar uma proposta de normatização, implementação e institucionalização de readequação da carga horária de trabalho do profissional de saúde/preceptor de modo a possibilitar o uso de metodologias ativas de ensino extra momento da assistência. **Metodologia:** Este projeto será executado em três etapas: sondagem junto a preceptores e alunos, solicitação da normatização aos gestores e readequação da carga horária. **Considerações Finais:** Esta ação poderá favorecer a integração entre teoria e prática e valorizar o preceptor em seus papéis.

Palavras-chave: Preceptoria. Educação em Saúde. Hospitais Universitários.

PLANO DE PRECEPTORIA (PP)

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a lei 8.080/1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) possui papel ordenador na formação de recursos humanos para a saúde (OLIVEIRA, 2012). O antigo Ministério da Educação junto ao Ministério da Saúde vem propondo políticas públicas que visam melhorar a formação dos profissionais de saúde, buscando uma melhor integração ensino-serviço, trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. As mudanças propostas por tais políticas públicas são norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação da área da saúde, as quais constituem um padrão geral de orientação para a elaboração dos projetos político-pedagógicos e currículos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil (COSTA et al., 2018).

Segundo Albuquerque (2008), a integração ensino-serviço possui papel fundamental na formação do profissional de saúde, uma vez que possibilita o trabalho coletivo, pactuado e integrado de estudantes e professores dos cursos de formação na área da saúde com trabalhadores que compõem as equipes dos serviços de saúde, visando à qualidade de atenção à saúde individual e coletiva, à qualidade da formação profissional e ao desenvolvimento/satisfação dos trabalhadores dos serviços.

Dentro desse contexto, destaca-se a figura do preceptor que é o profissional que participa do processo de formação em saúde ao articular a prática com o conhecimento científico, transformando a vivência do campo profissional em experiências de aprendizagem (RIBEIRO; PRADO, 2013). Dias e Freitas (2014) definem o preceptor como o profissional de saúde que oferece treinamento prático em ambientes de serviços de saúde e atua na orientação e supervisão de atividades práticas de alunos de graduação e recém-graduados, denominados de residentes. Tais autores destacam que diversas são as atribuições do preceptor, de modo que ele assume duplo papel: atua como profissional na assistência em saúde e, ao mesmo tempo, assume o compromisso de ensinar, orientar, supervisionar e servir como modelo para o estudante.

Em consonância com as atribuições do preceptor relatadas na literatura científica, as Diretrizes para o exercício da preceptoria nos Hospitais Universitários da Rede EBSERH (2018) apontam as atribuições do preceptor, em sua grande maioria exigindo competências além de técnicas, pedagógicas.

Nesse sentido, estudos apontam que, na percepção do preceptor em saúde, a falta de capacitação didático-pedagógica e as dificuldades encontradas por este profissional para exercer a dupla função, de profissional em serviço e preceptor do serviço, são entraves ao bom

exercício da preceptoria e ao melhor aproveitamento da aprendizagem pelos alunos e residentes (BRASIL, 2015; AUTONOMO, 2015; ROCHA; RIBEIRO, 2012; CORREIA, 2015).

A Portaria Interministerial nº 1.124, de 4 de agosto de 2015 firma os Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), que norteiam uma série de iniciativas voltadas a garantir a formação na área da saúde, destacando dentre as suas proposições, a formação de preceptores no serviço de saúde e a institucionalização da preceptoria . O que se observa, no entanto, é que, na prática, não se vislumbra uma política institucional que embase a sua atuação enquanto preceptor.

As estratégias de estímulo e valorização das atividades de preceptoria estabelecidas pelas Diretrizes para o exercício da preceptoria nos Hospitais Universitários da Rede EBSERH (2018) recomendam a liberação de carga horária de trabalho na área assistencial para dedicação às atividades de preceptoria (reuniões, estudos de caso, planejamento de atividades de ensino e pesquisa, etc.) que deverá ser pactuada com o respectivo gestor local (EBSERH, 2018).

Na contramão do que propõe as Diretrizes supracitadas, observa-se no hospital em que atuo que a grande demanda de pacientes a ser assistida, muitas vezes, não permite que haja tempo disponível para práticas didático-pedagógicas mais elaboradas e produtivas durante o exercício da preceptoria. Partindo da inquietação acerca destas dificuldades, surgiu o questionamento sobre o que poderia ser feito para garantir que haja uma adequação da carga horária de trabalho do profissional de saúde/preceptor de modo que o mesmo possa exercer suas funções de forma compatível às atribuições e competências que lhes são conferidas.

Diante do exposto, este plano de preceptoria justifica-se, visto que ressalta a importância de uma maior articulação ensino-serviço diretamente com os atores sociais envolvidos no processo, de maneira a possibilitar e valorizar a preceptoria bem como contribuir para melhor estruturação, acolhimento e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Acreditamos que a execução do presente plano poderá contribuir para melhor formação de alunos de graduação e residentes, uma vez que haverá tempo destinado para uso de metodologias ativas de ensino que ratifiquem as experiências vivenciadas com a prática assistencial. Ademais, a melhor formação e acompanhamento dos alunos e residentes irá refletir em uma melhor qualidade de atendimento aos usuários dos serviços de saúde nesta unidade hospitalar e impulsionará melhorias quanto a comunicação ensino-serviço e a capacitação contínua dos profissionais de saúde/preceptores.

2 OBJETIVO

O objetivo desse plano é aplicar uma proposta de normatização, implementação e institucionalização de readequação da carga horária de trabalho do profissional de saúde/preceptor do Hospital Universitário Walter Cantídio, de modo que este tenha um tempo disponível e pactuado com a gestão e coordenações dos cursos para melhor acompanhamento dos alunos e residentes através de práticas pedagógicas extra momento da assistência.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um projeto de intervenção do tipo Plano de Preceptoria.

3.2 LOCAL DO ESTUDO / PÚBLICO-ALVO / EQUIPE EXECUTORA

O projeto será implementado no Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), localizado no município de Fortaleza-CE, faz parte do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (UFC) e está sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sendo integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Caracteriza-se como uma unidade que presta assistência de alta complexidade à saúde, realizando desde transplantes (renal, hepático e de medula óssea) até pesquisas clínicas vinculadas a diversos programas de pós-graduação. O hospital dispõe de 198 leitos, 7 salas de cirurgia e 156 consultórios. O serviço de fisioterapia é subordinado à chefia da Unidade de Reabilitação.

Este projeto terá como público alvo os fisioterapeutas assistenciais que atuam como preceptores nesta unidade hospitalar e será executado pela autora do projeto e fisioterapeuta assistencial do HUWC.

3.3 ELEMENTOS DO PP

Etapa 1: Oficina de sondagem sobre percepção de alunos e preceptores quanto a preceptoria.

Será realizada uma oficina de sondagem com preceptores e alunos, com o objetivo de investigar seus interesses e necessidades relacionadas às atividades desenvolvidas pelo preceptor durante o exercício da preceptoria e às expectativas dos alunos quanto a consolidação dos conhecimentos e integração efetiva entre a teoria à prática. Essa oficina será realizada separadamente com preceptores fisioterapeutas e alunos da residência multiprofissional em saúde e do internato em fisioterapia, onde será aplicada um ficha de sondagem com questionamentos simples acerca dos objetivos da sondagem, a exposição de um vídeo sobre “o aprender fazendo” e, ao final, uma discussão sobre a temática proposta no vídeo.

Etapa 2: Solicitação da readequação da carga horária de trabalho do profissional de saúde/preceptor aos gestores e coordenação dos cursos.

Mediante os resultados da sondagem realizada na etapa 1, será realizada uma conversa com a chefia imediata (chefe da Unidade de Reabilitação) para solicitar e intermediar diálogo com a gestão do hospital e a coordenação dos cursos e destas entre si sobre a necessidade de um tempo reservado para melhor acompanhamento dos alunos e residentes.

A solicitação aos gestores da Unidade Hospitalar para a normatização, implementação e institucionalização de uma readequação da carga horária de trabalho do preceptor fisioterapeuta deverá ser embasada pela sondagem realizada na etapa 1, pelas Diretrizes para o exercício da preceptoria nos Hospitais Universitários da Rede EBSERH (2018) e por uma solicitação formal das coordenações dos cursos de graduação em fisioterapia e da residência multiprofissional em saúde.

A solicitação às coordenações dos cursos de graduação em fisioterapia e residência multiprofissional em saúde envolverá a busca constante por diálogo e melhor integração ensino-serviço, implementação de reuniões periódicas com os preceptores fisioterapeutas visando orientações e discussões acerca dos projetos políticos pedagógicos dos cursos, métodos de avaliação, além de capacitações técnicas e em práticas pedagógicas.

Etapa 3: Normatização, implementação e institucionalização de uma carga horária destinada às atividades de preceptoria e envolvimento com as instituições de ensino, extra rotina de assistência.

Será normatizada, implementada e institucionalizada pela gestão do Hospital Universitário uma carga horária (4 horas semanais) destinada às atividades de preceptoria (uso de metodologias ativas de ensino) e envolvimento com as instituições de ensino, extra rotina de assistência e que se enquadre dentro da carga horária de trabalho do preceptor fisioterapeuta. O horário em que tais atividades serão realizadas deverá ser estipulado com a chefia imediata e coordenações dos cursos, mediante uma análise nos fluxos de atendimentos diários. Entretanto, este horário poderá sofrer modificações a depender da ocorrência de intercorrências nas unidades que exijam a assistência do fisioterapeuta/preceptor.

3.4 FRAGILIDADES E OPORTUNIDADES

A demanda muito grande de pacientes para atender, a falta de compromisso por parte dos envolvidos, a falta de direcionamento por parte das coordenações dos cursos que enviam alunos e das coordenações das residências e o não conhecimento do projeto pedagógico dos cursos que enviam alunos e das coordenações das residências são fatores que podem dificultar a execução do projeto. Por outro lado, a presença constante de alunos, a constante interação com a equipe multidisciplinar e a boa receptividade da equipe para com os alunos, por se tratar de um hospital escola, podem contribuir para o sucesso da implementação desta proposta.

3.5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO
;

A avaliação do processo de implantação do PP será semestral e será realizada junto a preceptores e alunos através de um questionário com roteiro semiestruturado abordando satisfação dos preceptores no exercício da preceptoria e de alunos quanto a integração de teoria e prática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano de preceptoria propõe minimizar uma dificuldade frequentemente relatada por preceptores fisioterapeutas que é a falta de normatização e institucionalização de um tempo destinado especificamente para atividades pedagógicas juntos aos alunos de graduação e residência. Assim, espera-se que, uma vez que o preceptor fisioterapeuta disponha de tempo para melhor acompanhar alunos e residentes através do uso de metodologias ativas de ensino, a integração teoria prática possa ser mais efetivamente consolidada. Ademais, a normatização e institucionalização de um tempo destinado a práticas pedagógicas dentro da carga horária do preceptor e que seja extra momento da assistência respalda legalmente o preceptor para reorganizar suas rotinas e se ausentar momentaneamente, caso necessário, das suas unidades de atendimento para o exercício de tais práticas.

A implementação deste plano de preceptoria poderá melhorar o aproveitamento dos alunos e residentes no que diz respeito a consolidação das experiências vivenciadas com a assistência, o que irá refletir em melhor qualidade da assistência, em diálogo mais constante entre serviço e ensino e incentivo a realização de pesquisas científicas. Por outro lado, fornece melhores condições para o preceptor corresponder às competências e atribuições que lhes são conferidas, valorizando seus papéis.

A grande demanda de pacientes a ser assistida bem como o pouco diálogo frequentemente observado entre ensino e serviço mostra-se como um entrave a ser contornado. Entretanto, acreditamos que, a realização criteriosa de todas as etapas deste plano poderá apontar os melhores caminhos para que tais dificuldades sejam superadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V.S.; GOMES, A.P.; REZENDE, C.H.A.; SAMPAIO, M. X.; DIAS, O.V.; LUGARINHO, R.M. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudança na formação superior dos profissionais da saúde. **Rev. bras. educ. méd**, v. 32, n.3, p. 356-362, jul./set. 2008.

AUTONOMO, F.R.O.M.; HORTALE, V.A; SANTOS, G.B.; BOTTI, S.H.O. A Preceptoria na Formação Médica e Multiprofissional com Ênfase na Atenção Primária - Análise das Publicações Brasileiras. **Rev. Bras. Educ. Med.** [Internet]. v. 39, n.2, p.316-327, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbem/v39n2/1981-5271-rbem-39-2-0316.pdf. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do ministro. Portaria Interministerial nº 1.124 de 4 de agosto de 2015. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. Brasília, DF; 2015 Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/05/portaria-inter-1124-2015.pdf. Acesso em: 26 fev. 2018.

CORREA, G.T. Uma análise crítica do discurso de preceptores em processo de formação pedagógica. **Pro-Posições (online)**, v.26, n.3, p. 167-184, 2015.

COSTA, D.A.S.; SILVA, R.F.; LIMA, V.V.; RIBEIRO, E.C.O. Diretrizes curriculares nacionais das profissões da Saúde 2001-2004: análise à luz das teorias de desenvolvimento curricular. **Interface**, v. 22, n.67, p.1183-1195, 2018.

DIAS, A. R. N.; FREITAS, J. J. S. A percepção e conhecimentos dos profissionais de saúde de uma unidade de ensino-assistência em relação à atividade de preceptoria. **Revista Educação Online**, n. 19, p. 83-99, jun./ ago., 2015.

EBSERH. Diretrizes para o exercício da preceptoria nos hospitais universitários da rede EBSERH, 2018.

OLIVEIRA, M.L.; MENDONÇA, M.K.; ALVES FILHO, H.L.; COELHO, T.C;, BENETTI, C.N. PET-Saúde: (In) formar e fazer como processo de aprendizagem em serviços de saúde. **Rev Bras Educ Med**, v.36 (1 Supl 2), p.105-111, 2012.

RIBEIRO, K.R.B.; PRADO, M.L. A prática educativa dos preceptores nas residências em saúde: um estudo de reflexão. **Rev Gaúcha Enferm**., v.34, n.4, p.161-165, 2013.

ROCHA, H.C; RIBEIRO, V.B. Curso de formação pedagógica para preceptores do internato médico. **Rev Bras Educ Med**, v.36, n.3, p. 343-350, 2012.

SALES, Patrícia R. S.; MARIN, Maria J. S.; SILVA FILHO, Carlos R. Integração academia-serviço na formação de enfermeiros em um hospital de ensino. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 3, p. 675-693, set./dez. 2015.